

O desenvolvimento sustentável (DS): indicadores de sustentabilidade [versão 2]

Sustainable Development (S.D.): indicators of sustainability

Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro¹



Resumo

O Banco Mundial e outras organizações internacionais centro-europeias afirmam, de modo recorrente, que não há desenvolvimento sem crescimento econômico. Efetivamente, essas pessoas e organizações não distinguem o crescimento do produto interno bruto da distribuição da riqueza. Este texto tenta mostrar que isso deve ser feito. E para tal, discute os indicadores macrosociais de desenvolvimento sustentável a partir da crítica da documentação que as Nações Unidas disponibilizam para orientação das políticas nacionais. O resultado é um texto provisório, ainda em construção, mas que mostra diferentes níveis de indicadores empíricos de sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Indicadores de sustentabilidade; Banco Mundial.

Abstract

The World Bank and some European international organizations declare, repeatedly, that there is not development without economical growth. Effectively, it seems that they do not distinguish between the growth of the Gross Domestic Product from wealth distribution. This article tries to demonstrate that such differentiation ought to be done. For that, it discusses macrosocial indicators, linked to a sustainable development, starting from a critical reading of documents that the United Nations makes available to national policies guidance. The result is a provisory text, still on the make, but exposing different levels of empirical sustaining indicators.

Keywords: Sustainable Development (S.D.); Indicators of sustainability; World Bank.

1 Introdução

Desenvolvimento sustentável é um juízo em construção, com muitos problemas epistemológicos, materiais, teóricos, práticos.

Antes de tudo, ele talvez nem seja um conceito possível, supondo, como se faz nas ciências da natureza, que conceito é diferente de definição.

Explicando melhor: os entes são conceituáveis porque existem. Sendo assim, pode-se dizer o que é uma laranja, com grau significativo de aproximação. No limite, o conceito de laranja teria gosto e cheiro de laranja, mas apenas no limite. Se tivesse mesmo, não seria um conceito. Seria a própria laranja.

Se não se pode dizer o que uma coisa é, pelo menos se pode falar como ela funciona, o que já é muito alcance para as ciências. Esta seria uma segunda maneira de conceituar: descrever o funcionamento.

A História das ciências modernas legou-nos trabalhos de pesquisa importantes, cujos objetivos eram apenas elaborar um conceito. Por exemplo: O Capital, de Karl Marx (1858 ss); A Natureza do Espaço, de Milton Santos; Estudos sobre Histeria, Sigismund Freud e Joseph Breuer (1895); A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Joseph A. Schumpeter (1911) etc.

A definição é um juízo sintético *a priori*, pelo menos para mim, que sou geômetra. Ninguém, até ontem, encontrou um retângulo áureo numa escavação,

¹ Daniel R. de C. Pinheiro é arquiteto e doutor em Sociologia. Mailto: daniel@unifor.br

mas eles serviram e ainda servem de referência para se entender e contar a História cultural de várias comunidades.

Se uma teoria do DS está, como me parece, em construção, a teoria do desenvolvimento econômico (TDE) é um projeto empírico-analítico bem desenvolvido. Na pior das hipóteses, ela narra o crescimento econômico e os ciclos de expansão e depressão dos negócios. Tem referência e econométricas bem claras, como o Produto Nacional Bruto *per Capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tem conceitos-chaves referenciados como lucro, capital, crédito e juros.

Entretanto, principalmente, a TDE, com pelo menos três séculos de pesquisa², tem como comparar ricos e pobres. Sem comparação, as ciências hipotético-dedutivas não podem ser facilmente investidas na discussão dos fenômenos naturais, sociais ou antrópicos. A maior parte de nós precisa de pelo menos uma metáfora ou alegoria para fazer uma narrativa.

A teoria do desenvolvimento social (TDS), freqüentemente se referencia à TDE. Algumas vezes, até se escora nela. Noutras, busca nos escaninhos da outra os elementos de que se servirá. No limite, ela nem existe como uma teria propriamente social. Em outras palavras, não há uma sociabilidade original na TDS.

Considerando-se a produção sulamericana, as TDS são tentativas de mostrar que o crescimento econômico é condicionado pelos negócios privados (*Business Cycle*) e pelas relações de poder internacionais, isto é, as teorias do desenvolvimento social são politizações das teorias do crescimento econômico, hipocritamente chamadas de desenvolvimento econômico.

As TDS são de data recente. Os textos trazem um modelo de teoria do capital transnacional espacializado pelos elementos Centro-Periferia, classes sociais, Estados nacionais Desenvolvidos e Socialistas e do Terceiro Mundo.

*Geografia, Região e Desenvolvimento, de Manuel Correia de Andrade (*1922.) com a primeira edição em Recife, 1967.*

O famoso *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que não esqueci nem joguei fora. Data de 1970.

Introdução ao Desenvolvimento Social: Breve Estado Comparativo das Perspectivas Liberal e Marxista e dos Problemas das Sociedades Não-Repressivas,, de Hélio Jaguaribe (1923-), 1978.

Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise, de Celso Furtado, 1984.

O professor Milton Santos discutiu bastante o subdesenvolvimento, antes e depois da teoria da interdependência, de Cardoso e Faletto. Cito:

a) *A cidade nos países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

b) *Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés : I Les données de base; II Milieux géographiques et alimentation.* Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1967.

c) *Aspects de la géographie et de l'économie urbaine des pays sous-développés,* 2 fasc. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1969.

d) *Dix essais sur les villes des pays-sous-développés.* Paris: Ophrys, 1970.

e) *Le métier du géographe en pays sous-développés.* Paris: Ophrys, 1971. [O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: Hucitec-AGB, 1978.]

f) *Les villes du tiers monde.* Paris: Ed. Génin, Librairies Techniques, Géographie Economique et Sociale, tome X, figs., mappas et photos, 1971.

g) *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados.* Barcelona: Oikos-Tau, 1973.

h) *Underdevelopment and poverty: a geographer's view.* The Latin American in Residence Lectures. Toronto: University of Toronto, 1972-1973, 1975.

i) *L'espace partagé.* Paris: Librairies Techniques, M. Th. Génin, 1975.

² Coloquei como ponto de partida da datação os fisiocratas. Trata-se de um grupo de economistas franceses do século XVIII que combatem as idéias mercantilista e formula, pela primeira vez, sistemática e metodicamente, uma teoria do liberalismo econômico. O mais conhecido dos fisiocratas é François Quesnay (1694-1774), médico da corte de Louis XV, seguido pelo ministro Turgot, o marquês de Mirabeau e Du Pont de Nemours. O trabalho mais citado de Quesnay é *Tableau Économique* (1758). As teses deles influenciaram bastante Adam Smith, Frederich Engels e o próprio Karl Marx, embora criticado por todos eles.

j) *A pobreza urbana*. Hucitec-UFPE, São Paulo, 1979.

k) *Espaço dividido*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves, 1978.

l) *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1978.

m) *The shared space: the two circuits of the urban economy and its spatial repercussions*. London: Methuen, 1979.

n) *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, 1982.

o) *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.

p) *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

q) *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1982.

r) *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

A idéia de Desenvolvimento Sustentável é ainda mais recente. Começa a ser sistematizada em 1992. Teve uma edição brasileira, publicada no Diário Oficial da União, apenas em 1994.

O problema, entretanto, é bem complexo.

A TDE, se bem compreendo Schumpeter [1911], relaciona, se me acode à lembrança, os juros e o desenvolvimento econômico. E o modelo, do ponto de vista fenomenológico, é de industrialização. A figura central é o empresário inovador – agente capaz de produzir novas mercadorias combinando eficientemente os fatores de produção; investido em desenvolvimento e engenharia de novos bens; inventado, inovando etc. (1982, cf. capítulo I, p. 9-42).

As teorias da Dependência e da Modernização tratam dos processos de diferenciação da Economia e da sociedade. Atribuem à política o papel de protagonista. Posicionam-se entre três juízos mais ou menos complexos: modernização, dependência (ou subdesenvolvimento) e interdependência.

No caso de Faletto e Cardoso (1979), a teoria tem como objetivo estratégico a inserção das economias dependentes no mercado mundial.

A situação de ‘subdesenvolvimento nacional’ supõe um modo de ser que, por sua vez, depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e

econômico em função de ‘interesse nacional’; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais. (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 30-31)

Ato contínuo, eles escrevem que a finalidade da “análises integrada do processo de desenvolvimento nacional”, naquele momento, tinha a intenção de “determinar as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito da nação”.

O “verdadeiro caráter” da dependência é “um tipo específico de relação entre classes e grupos, que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação [da nação] com o exterior”. (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 30-31) E, ironicamente, propõe que se deixe de falar em Dependência para tratar da Interdependência. (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 142)

A teoria da modernização das relações de produção Manuel Correia de Andrade quer implementar, entre aqueles que mourem a terra, alguns dos princípios de equidade propostos pelas Ligas Camponesas, Destaque-se: aumento progressivo do imposto territorial; sindicalização dos trabalhadores rurais; regulação positiva do arrendamento e da parceria, direitos de cooperativas, extinção das polícias privadas etc. (1979, p. 258).

E o Desenvolvimento Sustentável, como funciona esse juízo?

Quais os objetivos estratégicos que estariam emergindo dessa proposta?

2 O desenvolvimento sustentável

“O desenvolvimento sustentável atende às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atender às suas necessidades.”

Relatório Brundtland (1987)

O desenvolvimento sustentável parte da noção de que a preservação, a longo prazo, dos recursos naturais e ambientais, não pode ser feita sem que haja, simultaneamente, um desenvolvimento econômico, social e político-institucional, que beneficie, em particular, os mais desfavorecidos.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominado de “Cúpula da Terra”, realizada no Rio

de Janeiro em 1992, as nações do mundo inteiro assumiram o compromisso de fazer com que o desenvolvimento econômico se processasse de maneira a proteger o meio ambiente e os recursos não renováveis do planeta.

A Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulada “Declaração do Rio, 1992” estabeleceu 27 princípios gerais a serem seguidos, com vistas a um desenvolvimento que respeite o meio ambiente sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável, conforme acima se apresentou, foi acatada como o conceito central que deve ser respeitado na implementação dos planos de desenvolvimento para o século XXI. (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 1999, p. 3)

3 A melhoria das condições sócio-econômicas

O desenvolvimento sustentável é encarado através da satisfação das necessidades culturais e materiais essenciais que toda pessoa requer para viver condignamente e assumir um papel positivo no funcionamento da sociedade da qual é parte integrante. Nesse sentido, a Agenda 21 dá especial atenção à situação dos mais desfavorecidos e das minorias. (COI, 1999, p. 6).

Os desafios que o meio ambiente e o desenvolvimento representam não podem ser encarados senão pelo estabelecimento de um novo sistema de aliança mundial, que permita superar as divergências e promover um clima de cooperação e de verdadeira solidariedade. (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 1999, p. 7).

O DS tem seis aspectos prioritários, que devem ser entendidos como metas:

- Satisfação das necessidades básicas do povo (educação, alimentação, saúde, lazer etc);
- Solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que essas gerações tenham chance de viver);
- Participação das pessoas envolvidas (todos devem se conscientizar da necessidade de preservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- Preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
- Elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras

culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como os índios);

- Efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação do povo. (MARINA CECCATO MENDES, 2004, p. 1)

4 Indicadores de DS

O grupo das Nações Unidas que investiga o Desenvolvimento Econômico e Social, DES, (Economic and Social Development); o quadro indicador da estrutura do (Theme Indicator Framework) DES, no Rio de Janeiro ou em qualquer outra parte do mundo, iniciado com a Carta Mansholt, na década de 70. (Maria Adélia Aparecida de Souza, 2004).

Talvez M.A.A. de Sousa (2004) esteja correta, mas há uma questão mais antiga e primeira, de ordem política. Afinal, ela e eu temos um defeito em comum: somos consultores e já fomos financiados pelo WB (Banco Mundial).

Falta às discussões do conceito de DS, tal como elaborado pela CSD / UN, um critério de eqüidade (de justiça econômica) e equipotência (justiça política).

Esses critérios contrariam as teses do Banco Mundial, para o qual não pode haver desenvolvimento sem crescimento econômico. O princípio da justiça econômica e da justiça social mostram que pode haver desenvolvimento sem crescimento econômico.

A mera classificação das nações segundo índices econometrícios, sociométricos ou de degradação ambiental, não ultrapassa a mera denúncia, com um grau importante de dificuldade de interpretação. É preciso conhecer as definições, os conceitos, os métodos, interesses etc. para entender os indicadores estatísticos.

Le Rapport statistique sur l'aide publique au développement pour l'année financière 2002-2003 comporte des données financières sur les efforts du Canada dans le domaine du développement international, pour les années financières 2000-2001, 2001-2002 et 2002-2003 (sauf indication contraire). Il démontre les efforts de l'Agence canadienne de développement international (ACDI), du ministère des Affaires étrangères et du Commerce international (MAECI), du ministère des Finances, du Centre de recherches pour le développement

international (CRDI), du Centre international des droits de la personne et du développement démocratique (CIDPDD) et d'autres ministères fédéraux et provinciaux qui fournissent de l'aide aux pays en développement. Le document présente un aperçu de l'historique sur l'aide publique au développement et des détails sur les sources de financement, les décassements et les programmes, incluant l'aide multilatérale, l'aide alimentaire, l'assistance humanitaire, l'aide accordée aux organisations non gouvernementales (ONG), aux ONG internationales (ONGI) et aux institutions non gouvernementales. (CANADÁ, 2003).

No entanto, há conceitos multidisciplinares para referenciar os mesmos fenômenos, processos e problemas, antes mesmo que a Biologia, que hoje lidera essas preocupações, se firmasse como a ciência do desenvolvimento do microcosmo.

Na Geografia, os conceitos de meio ambiente e ecossistemas estão rigorosamente estabelecidos. O que distingua e distingue a Biologia da Geografia, nesse sentido, é que a primeira cuida dos seres vivos; a segunda dos humanos e da natureza de que estes humanos fazem parte.

A questão ambiental aí se atrapalha, pois mistura epistemologicamente a história da natureza (natureza natural) com a História do mundo (segunda natureza). Mas tudo indica não ter havido uma reconstituição epistemológica da chamada "ciência ambiental", pois os trabalhos clássicos (de Aristóteles, Leonardo Da Vinci, Maximilien Sorre ou Engels) nem sempre são citados e ou referenciados. Da Biologia e outras ciências naturais às Ciências Humanas, como em muitas abordagens ditas interdisciplinares, a adoção dos conceitos vindos das agências internacionais foi extremamente rápida. Parece que a dita ciência ambiental foi inventada a partir da decisão das Nações Unidas de promover suas reuniões mundiais, seja em Estocolmo, no Rio de Janeiro ou em qualquer outra parte do mundo, iniciadas com a Carta Mansholt, na década de 70. (Maria Adélia Aparecida de Souza, 2004).

Os critérios fundantes da democracia, aqueles que dizem respeito à justiça distributiva e não exatamente econômica (princípio da equidade), incluídas aí as naturezas, a justiça política (princípio da autarquia) e a institucionalização da justiça (império da lei) precisam ser incorporadas à teoria do DS, que deveria sair da Comissão de Economia para a Comissão de Direitos Humanos das ONU.

5 Contribuição para a construção de uma definição operacional de desenvolvimento social sustentável

Se as ciências não servem para ajudar as pessoas a serem felizes, elas não servem p'ra nada. (Barão de Vyscaia).

Uma teoria do desenvolvimento sustentável comporta problemas práticos. Ela deveria referenciar aquilo que se chama, contemporaneamente, de Programa de Gestão Estratégica. Trata-se de uma ferramenta de planejamento no formato de um programa de necessidades, com uma matriz flexível e um conjunto de objetivos estratégicos imediatamente operacionalizáveis.

Sendo assim, é preciso examinar as possibilidades efetivas de avaliar o ambiente e propor ações de desenvolvimento sustentável. O objetivo da crítica teórica não seria, portanto, apontar erros. Seria o de encontrar variáveis operacionais capazes de dar início a ações de desenvolvimento semelhantes ao DS proposto pelas Nações Unidas, mas, com pelo menos três objetivos específicos:

- a) colaborar na construção de uma vida boa;
- b) dar ênfase à justiça econômica;
- c) e o empoderamento da sociedade.

As Nações Unidas propõem 19 indicadores de DS. Desses, pelos menos os seguintes são interessantes quanto indicadores de injustiça política e ou econômica.

Taxa de desemprego (Indicador 1) precisa-se de uma metodologia de cálculo que não conduza ao erro ou ao subdimensionamento. O conceito de pessoas ocupadas não pode incluir, como no caso do Brasil, aqueles que trabalham sem qualquer rendimento, como também os menores de 15 anos de idade.

As Nações Unidas não têm como unificar a metodologia de cálculo da taxa de desemprego. Todavia, as nações democráticas precisam criar **uma Taxa de desemprego para pessoas com 15 anos ou mais**.

A razão do salário feminino médio pelo salário masculino médio é um problema importante, a carecer de pesquisa empírico-analítica. Meus próprios estudos apontam para uma sociedade que fecha postos de trabalhos ocupados por homens e os abre só para mulheres, oferecendo salários menores do que pagava

aos homens. Esses homens sem trabalho formal migram para os empregos precários ocultados pelo empreendedorismo etc. Noutras palavras, a taxa de desemprego assalariado entre homens tende a crescer mais do que entre mulheres. Os salários femininos, médios, ficam mais próximos dos salários masculinos médios em razão da redução dos salários em geral e, especialmente, dos salários dos homens³.

Do modo em como as estatísticas de razão entre rendimentos do trabalho feminino e masculino são apresentadas, sugere-se que, na mesma empresa, as mulheres recebem, pelo mesmo trabalho, menos dos que os homens⁴. Por isso, poder-se-ia ter a **percentagem de postos de trabalho ocupados por mulheres, com redução dos rendimentos, o que, anteriormente, era tido pelos homens**⁵ (indicador 2).

O **Status Nutricional das Crianças e o Coeficiente de Mortalidade até Cinco Anos de Idade** (indicador 3) são indicadores muito bons, desde que estratificados por intervalos significativos de rendimento. A concentração de rendimentos, no Brasil e noutras nações, exige que se pense num **Status Nutricional das Crianças por Faixas de Rendimentos** (indicador 4).

Expectativa de vida, ao nascer, é um indicador especulativo. Útil para reduzir os valores investidos em segurança social e principalmente para reduzir os valores pagos à guisa de aposentadoria ou pensão públicas.

São muito interessantes: o **nível de educação média (secundária) entre adultos** (indicador 5); **Taxa**

de analfabetismo de adultos (indicador 6); **Área construída de moradia por pessoa** (indicador 7); **Número de crimes registrados por grupos de 100.000 pessoas** (indicador 8); **Percentagem da população com dispositivos de esgotamento sanitário** (indicador 9); **Percentagem da população com acesso à água tratada** (indicador 10); **Percentagem da população com acesso às unidades de atenção primária à saúde** (indicador 11); **Imunização contra doenças infecciosas infantis** (indicador 12); **Coeficiente e de prevalência contraceptiva são bons indicadores** (indicador 13).

A percentagem de crianças fora da escola fundamental, após 5 anos de permanência, sofreu modificação para: **Percentagem de crianças fora da escola após 8 anos de permanência** (indicador 14).

A razão das moradias formalmente regularizadas por moradias irregulares substituiria: **População urbana em moradias formalmente regularizadas ou irregulares** (Indicador 15).

Resta, no entanto, um enorme problema: A partir de que taxa de mortalidade infantil uma sociedade é subdesenvolvida? Noutras palavras: qual é exatamente a linha divisória entre a sociedade subdesenvolvida e a desenvolvida? Por acaso 32 mortes, por 100.000 crianças nascidas vivas, antes dos 5 anos idade, é apenas estatística? A morte da minha vizinha é tragédia. Vejamos, portanto, os indicadores das Nações Unidas e procuremos humanizá-los.

³ BOLETIM DIEESE. 8 de Março de 2000: Dia Internacional da Mulher Disponível em: http://www.cnbcut.com.br/site/htm/t_polsocial_generol_meio.htm

⁴ Preocupa-me, por exemplo, a baixa taxa de reclamações trabalhistas entre as mulheres que trabalham no Brasil.

⁵ Preocupa-me, por exemplo, a baixa taxa de reclamações trabalhistas entre as mulheres que trabalham no Brasil.

Quadro 1: de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da CSD, Commission on Sustainable Development

SUSTENTABILIDADE SOCIAL		
Tema	Subtema	Indicador
Equidade	De pobreza	Percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza
		Índice GINI de iniquidade incômoda
Saúde	De gênero	Taxa de desemprego
		Razão do salário feminino médio pelo salário masculino médio ⁶
Saúde	Status Nutricional	<i>Status Nutricional das crianças</i>
	Mortalidade	Coeficiente de mortalidade até cinco anos de idade
	Saneamento	Expectativa de vida ao nascer.
	Água potável	Percentagem da população com acesso à água tratada.
	Distribuição da Atenção à Saúde	Percentagem da população com acesso às unidades de atenção primária à saúde
		Imunização contra doenças infecciosas infantis
		Coeficiente de prevalência contraceptiva
Educação	Nível de educação	Percentagem das crianças fora da escola fundamental ⁷ com 5 anos de duração.
		Nível de educação média (secundária) entre adultos
Moradia	Alfabetização	Taxa de analfabetismo de adultos.
	Condições de	Área construída de moradia por pessoa.
Segurança	Crime	Número de crimes registrados por grupos de 100.000 pessoas.
População	Mudanças demográficas	Taxa de crescimento da população
		População urbana em moradias formalmente regularizadas ou irregulares.
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
Tema	Subtema	Indicador
Atmosfera	Mudança climática	Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa
Terra	Agricultura	Área de cultura agrícola permanente e de terras agricultáveis
		Uso de fertilizantes
		Uso de agrotóxicos (<i>agricultural pesticides</i>)
	Florestas	Área permanente de floresta
		Revestimento de mata intensiva
Oceanos, Mares e Costas	Desertificação	Área desertificada
	Urbanização	Área de urbanização legal e ilegal
	Zona Costeira	Concentração de algas em águas costeiras
		Percentagem da população total vivendo em zonas costeiras
	Pesqueiros	Captura anual de espécies de maior interesse comercial
Biodiversidade	Quantidade de água	Percentagem de fornecimento anual de água subterrânea e de superfície por disponibilidade total de água.
	Qualidade da água	Demanda Bioquímica por oxigênio (BOD) em corpos d'água
		Concentração de coliformes fecais em água potável
	Ecosistemas	Áreas protegidas. Area of Selected Key Ecosystems (SKE)
		Percentagem da área protegida por área total
	Espécies	Abundância das espécies protegidas
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA		
Estrutura Econômica	Crescimento econômico	PNB per capita
		Investimento em ações na formação do PNB
	Comércio	Balança Comercial
	Sistema Financeiro	Dívida Externa pelo PIB
		Assistência Financeira prestada ou recebida pelo país em percentagem do PNB
Consumo e padrões de produção	Matéria primas	Intensidade de consumo das Matérias Primas
	Use de Energia	Consumo anual per capita de energia
		Investimento em ações de energia renováveis e não-renováveis
		Intensidade do uso da energia
	Gerenciamento dos efluentes	Gerenciamento do lixo industrial e outros resíduos urbanos
		Geração de lixo perigoso
		Geração de lixo radioativo

Fonte: United Nations. http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/table_4.htm

⁶ Esteb é um coeficiente que precisa ser examinado mais de perto. Ele produz enganos e induz a erros grosseiros.

⁷ No texto das Nações Unidas é Children Reaching Grade 5 of Primary Education. Talvez por isso o governo brasileiro quer voltar a ter uma escola primária de 5 anos, como já aconteceu no passado. Imagine-se a economia que essa medida significaria e o impacto que teria sobre as taxas de ocupação.

Referência

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, região e desenvolvimento*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

CANADÁ. Agence Canadienne de développement gouvernemental. *Rapport statistique sur l'aide publique au développement Année financière 2002-2003*. Disponível em: <http://www.acdi-cida.gc.ca/cida_ind.nsf/vall/CA55D4417759F6E085256ACB0060465C?OpenDocument>. Acesso em: 23 set. 2003.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Comissão de Esporte e Meio Ambiente. Comitê Olímpico Brasileiro. *Agenda 21 do Movimento Olímpico*: para um esporte em defesa do desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro, 25 jun. 1999. Disponível em : <<http://www.cob.org.br>>. Acesso em: 30 nov. 2003.

MENDES, Marina Ceccato. *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em: 29 nov. 2003.

UNITED NATIONS. *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento*. A Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <www.ibot.sp.gov.br/legislacao>. Acesso em: 30 nov. 2003.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Table 4: CSD Theme Indicator Framework*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/table_4.htm>. Acesso em: 29 nov. 2003.

Data do Aceite: 2004